

# ONU deve pedir redução da dívida dos pobres

por Maria Helena Tachinardi  
de Nova York

A dívida externa dos países em desenvolvimento, tradicionalmente tratada no âmbito do BIRD e do FMI, está começando a ganhar espaço na Organização das Nações Unidas (ONU). Até o final da 43ª Assembléia Geral, iniciada na segunda-feira, o secretário-geral, Javier Pérez de Cuellar, deverá apresentar um relatório que poderá ser inspirado nas propostas da Unctad, a qual sugere aos bancos credores que reduzam em 30% a dívida dos quinze países mais endividados do globo, listados no Plano Baker".

Os diplomatas dos países em desenvolvimento que representam seus países na ONU sabem que essa organização não tem a competência e o poder de impor tal solução, mas consideram que está havendo naquele foro um avanço dos conceitos e uma conscientização internacional de que a crise financeira e econômica do Terceiro Mundo exige novas medidas que não sejam paternalistas, mas justas, que diminuam as transferências líquidas de recursos dos endividados aos credores.

Essa constatação, aliás, é reconhecida hoje pelo BIRD, em seus últimos re-

latórios. Este já é o sétimo ano da crise iniciada em 1982 e o avanço foi mínimo, ponderam os representantes do "Grupo dos 77", um conjunto de nações que já chega a 127 e que completa 25 anos em 1989.

Amanhã o chanceler Roberto de Abreu Sodré fará um discurso para os delegados desses países enfatizando que é necessário reativar a economia mundial porque a preocupação de todos, apesar das diferenças no grau de endividamento da América Latina em relação à África, por exemplo, é o desenvolvimento. A ONU, que tratou do tema pela primeira vez há dois anos, é vista um pouco como termômetro de como a situação está caminhando.

Com a sua revitalização, depois de ter tido uma participação direta no cessar-fogo entre o Irã e o Iraque e de ter contribuído para uma tentativa de acordo entre a África do Sul, Angola e Cuba para a independência da Namíbia, a organização deveria tentar obter sucesso no campo econômico, sugerem os seus membros em desenvolvimento. A tese é refutada pelos países desenvolvidos que desejam a ONU ativa apenas em questões relacionadas a causas sociais.